

A resistência camponesa para além dos movimentos sociais

João Edmilson Fabrini

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2002)

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Endereço profissional: Rua Pernambuco, 1.777, Centro, 85.960-000, Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil –
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Departamento de Geografia.

Endereço eletrônico: fabrini@unioeste.br

Resumo

Os camponeses têm construído seu lugar social por meio de lutas e resistências e os movimentos sociais tornaram-se paradigmáticas na realização e interpretação destas lutas. Entretanto, os camponeses também têm demonstrado capacidade de resistir a dominação e imposição das relações capitalistas de produção por meio de outras manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônicas pelos movimentos sociais. Neste sentido, o território e as forças locais se erguem como possibilidade de construção da autonomia camponesa.

Palavras-chave: camponeses; movimentos sociais; resistência; território; produção de autoconsumo.

Resumen

La resistencia campesina para adelante de los movimientos sociales

Los campesinos han construído su sitio/lugar social por medio de luchas y resistencia y los movimientos sociales transformaronse paradigmáticos en la realización y interpretación de estas luchas. Sin embargo, los campesinos tambien han demostrado capacidad de resistir a la dominación e imposición de las relaciones capitalistas de producción por medio de otras manifestaciones y prácticas sociales no necesariamente hegemónicas por los movimientos sociales. En este sentido, el territorio y las fuerzas locales se elevan como posibilidad de construcción de la autonomía campesina.

Palabras clave: Campesinos; movimientos sociales; resistencia, territorio, producción de auto consumo.

Abstract

The resistance peasant for besides the social movements

The peasants have been building its social place by means of fights and resistances and the social movements he/she became paradigm in the accomplishment and interpretation of these fights. However, the peasants have also been demonstrating capacity to resist to the domain and imposition of the capitalist relationships of production by means of other manifestations and social practices, not necessarily, for the supremacy of the social movements. In this sensation, the territory and the local forces don't necessarily arise as, possibility of the autonomy peasant's construction.

Keywords: peasants; social movements; resistance, territory; autoconsumo production.

Introdução

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Outras interpretações ainda apontam para uma importante produção familiar, denominada agricultura familiar, mas não deve ser classificada de camponesa em vista dos diferentes vínculos e relações engendradas no processo de produção que está inserida. Por outro lado, é importante destacar que a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e momentos históricos.

A organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses.

Mas, ao ser reconhecido como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou exclusivos, como se tivesse o monopólio das lutas no campo. A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”.

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.

Espaço e o debate sobre o camponês

As diferentes correntes teóricas e o debate travado entre os diferentes estudiosos sobre o campesinato não são recentes. As discussões se intensificaram no final do século XIX quando os pensadores adeptos da teoria marxista interpretaram o campesinato a partir das relações de classe e o conflito existente entre elas.

A compreensão hegemônica foi de que o campesinato não teria lugar na sociedade com a intensificação e mundialização das relações capitalistas. O progresso da sociedade representado pela modernização das forças produtivas tenderia a eliminar as relações sociais de produção “atrasadas”, como a camponesa. Mesmo no socialismo, não haveria possibilidade de existência camponesa, pois este se ergueria sobre as modernas relações sociais de produção.

Ao estudar os camponeses da França no século XIX em “O dezoito de brumário”, Marx (1987) atribui sentido conservador à sua prática política. Embora Marx estivesse mais preocupado com as relações capitalistas do que com as não-capitalistas, é possível apreender o conteúdo conservador dos camponeses franceses, que dentre outros motivos, devia-se ao fato deles construírem uma geografia pouco favorável à politização, pois estavam dispersos espacialmente em lotes de terra demarcados individualmente e explorados pela família. Esta

geografia camponesa francesa contribuía para o seu isolamento e fortalecimento de características políticas conservadoras.

Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiforme entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo... Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais... A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas... Mas na medida que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe. São portanto incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção. (MARX, 1987, p. 137)

Segundo este entendimento ainda, é possível apreender que a auto-suficiência alimentar divisão simples do trabalho e produção de ferramentas e instrumentos de trabalho pelos próprios camponeses não contribuía para o estabelecimento de trocas e alargamento da visão dos camponeses. Isso levaria ao isolamento do camponês na sua pequena propriedade rural.

Assim, o caráter conservador do camponês vincula-se à sua geografia, pois o isolamento de cada família na pequena propriedade não permite a coesão, consciência política coletiva, capacidade de representação, enfim, o isolamento não possibilita a formação de consciência de classe “para si”. As características familiares, localizadas e fechadas em que estão centradas as relações sociais de produção camponesa implicam na impossibilidade de elaboração de projeto coletivo, condição necessária para participar da construção da revolução socialista. Segundo Marx (1987) ainda, a unidade e agregação entre os camponeses seriam semelhantes àquela existente num “saco de batatas”.

Verifica-se assim, que a organização geográfica (demarcação da propriedade camponesa, por exemplo) implica em formas de organização social que parte do espaço para a sociedade, ou seja, o espaço surge como condição de produção e reprodução, pois através de uma determinada organização do espaço cria-se a possibilidade de reprodução do grupo social. São as condições materiais (materialidade da construção espacial) condicionando as relações sociais.

A discussão de Santos (2000, 2000b) relaciona-se com a compreensão de Marx (1987) quando eleger o espaço urbano como privilegiado para a construção de relações solidárias e de resistência à dominação do capital, pois o espaço aproxima as pessoas. A aproximação das residências no espaço, por exemplo, permite a ampliação dos laços de solidariedade entre as pessoas.

Segundo Santos (2000) ainda, a população aglomerada em áreas menores amplia o dinamismo para a “mistura” de filosofias, rebatendo o pensamento único da globalização do capital. O aglomerado populacional assegura novas possibilidades de interpretação do mundo.

A idéia é de que o aglomerado de pessoas permite a formação de uma economia, cultura e política, enfim, relações sociais materializadas no espaço que valorizam a construção de experiências solidárias. “A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual” (SANTOS, 2000, p. 21).

Nesta compreensão, o campo, espaço construído pelos camponeses, apresenta dificuldades para o desenvolvimento de ações de resistência à globalização do capital. “Primeiro, não sou fã do campo. Acho um negócio horrível condenar o sujeito morar no campo. É a maior perversidade que pode existir. Na verdade, pode-se viver na cidadezinha e trabalhar no campo, que é a tendência brasileira recente” (SANTOS, 2000b, p. 57).

É importante observar que as relações de vizinhança estabelecidas a partir da forma de organização geográfica, como a demarcação dos lotes de terra camponesa, permitem a construção de vínculos, formando uma comunidade que poderá potencializar a solidariedade. Mas, a organização espacial em si, não garante o desenvolvimento de solidariedade entre vizinhos, pois são as afinidades políticas construídas na trajetória de vida que contribuem para a aproximação de pessoas em torno de ideais comuns. O espaço, condição de reprodução dos interesses de classe (capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores), não uniformiza as relações, ou seja, não se suprime as contradições na aproximação entre vizinhos. A vizinhança aproxima os interesses comuns entre os camponeses, mas não aproxima quando se tratam de latifúndios, por exemplo, mesmo que vizinhos dos camponeses.

O MST tem procurado estimular a aproximação das famílias camponesas a partir da organização do espaço. A organização de cooperativas, grupos coletivos, núcleos de moradias são alguns exemplos. Para o MST, as cooperativas coletivas nos assentamentos (CPAs) são uma forma de rompimento do isolamento entre os camponeses. Neste sentido, a formação de núcleos de produção e grupos de assentados, por exemplo, permite a aproximação e unidade entre as famílias assentadas, condição necessária para a construção da resistência.

Bogo (1999) ao tratar da luta dos sem-terra pela reforma agrária afirma que é necessário ampliar a relação com o comércio local para romper o isolamento e dialogar com a sociedade. É possível apreender, a partir dessa concepção, que as relações mercantis contribuem para a ampliação da geografia camponesa e, conseqüentemente, à consciência política!

A compreensão da CONCRAB (confederação das cooperativas de reforma agrária do Brasil) é ilustrativa e indica metas a serem alcançadas pelos camponeses dos assentamentos de reforma agrária com a organização do SCA (sistema cooperativista dos assentados): produção de mercadorias, agroindustrialização, acúmulo de capital.

A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar capital acumulado em produtos agroindustriais... No mesmo documento – Reflexões Sobre o Processo de Implantação do SCA – aparece como conseqüência do trabalho de cooperação esta idéia, de transformar a ‘consciência camponesa’ em uma ‘consciência operária’. (CONCRAB, 1999, p. 11).

Verifica-se também no documento da CONCRAB que quando os camponeses (assentados da reforma agrária) passam a produzir mercadorias, eles se integram socialmente, aumentando a possibilidade de consciência política e a espacialização da luta pela terra, ou seja, a consciência política está relacionada à ampliação da escala das relações de troca. Depreende-se ainda do documento que as relações sociais modernas estão vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas e modernização das relações de produção.

Mas, por outro lado, é importante considerar que há um descompasso entre a modernização das forças produtivas e o desenvolvimento das forças sociais. A realidade aponta para a reprodução e existência do campesinato no processo contraditório e desigual das relações capitalistas, em que os camponeses, classe não tipicamente do modo de produção capitalista, têm se desenvolvido por meio das lutas e resistência nos diferentes movimentos

sociais no campo. A consciência política e desenvolvimento são resultados de lutas e não necessariamente da modernização das forças produtivas.

A emergência dos movimentos sociais

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos. Assim, as ações coletivas contemporâneas realizadas nos movimentos podem ser manifestações dos operários pela melhoria das condições de trabalho e salariais, luta dos camponeses pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária, etc.

Nem todo o movimento na sociedade pode ser considerado como movimento social, pois ele existe quando são canalizadas forças coletivas por diferentes grupos para transformação das relações sociais, políticas, econômicas, etc. A existência de movimentos sociais exige forte expressão de dimensão coletiva e quando estas condições não estão amadurecidas, há dificuldade para o surgimento deles.

Priorizando discussão dos movimentos sociais no contexto do cotidiano e as múltiplas lutas resultantes da fragmentação dos diferentes sujeitos, Scherer-Warren (1999) indica que os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que reagem aos contextos históricos e sociais em que estão inseridos. A autora afirma ainda que um mesmo movimento social pode apresentar a dimensão contestadora, solidária e propositiva e manifestam-se na forma de denúncia e protesto; cooperação e parceria para solução de problemas sociais; e construção de projetos alternativos e de mudanças.

Essas reações podem ocorrer sob forma de: - denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; - cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; - construção de uma utopia de transformação, com criação de projetos alternativos e de propostas de mudança... Pode-se, pois, falar dos movimentos pela paz, ecológico, feminista, negro, de direitos humanos ou exclusão social, e assim por diante. (SCHERER-WARREN, 1999, pp. 15-16).

Segundo Gohn (1997), dentre os diferentes paradigmas nos estudos sobre os movimentos sociais destaca-se o marxista, o que a autora considera ser aquele que traz maiores contribuições. A partir de diversos autores do marxismo, tais como Gramsci, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Mao Tse Tung é possível escudar-se no conflito de classes e no poder revolucionário das “massas” para a transformação social, resultante de transformações no modo de produção.

Entretanto, os movimentos sociais não devem ser visualizados como se fossem sinônimos de revolução, analisados no pensamento marxista ortodoxo, que coloca o movimento operário como responsável pela ruptura na estrutura da sociedade e quebra da hegemonia da classe capitalista. O paradigma ortodoxo dificultou a interpretação da realidade a partir de elementos de ordem cultural, por exemplo, que foi resgatado por historiadores marxistas tais como Thopsom, Hill dentre outros, trazendo as dimensões culturais e políticas para a interpretação das lutas sociais, desprezadas no paradigma ortodoxo do movimento operário. (GOHN, 1997, p. 1)

A atomização e fragmentação recente do trabalho, a partir de 1970, principalmente, implicaram no surgimento de diferentes sujeitos sociais, que se organizaram nos movimentos

sociais, pois as estruturas homogêneas e impermeáveis do movimento operário não permitiam abarcar a complexidade de demandas destes diferentes sujeitos sociais.

Assim, de acordo com autores como Scherer-Warren (1987), Vigevani (1989), por exemplo, surgem os denominados *novos* movimentos sociais como os feministas, ecológicos, raciais, juvenis, sem-terras, etc. São novos não porque se diferenciam de outros na temporalidade, mas pelas suas características, pois surgem como contraposição às formas tradicionais de luta, organização social e política.

Neste entendimento, os novos movimentos sociais enfatizam a organização comunitária, evitando a institucionalização e permitindo a participação de todos nas tomadas de decisões e na execução das tarefas e lutas. Os movimentos desenvolvem uma nova cultura política de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade. Estes movimentos ainda permitem a criação de identidade própria acentuando a diversidade existente no processo de luta.

Embora os movimentos sociais não neguem a participação das instituições (Estado, partidos ou igreja, por exemplo), não são tutelados por elas, dando ênfase à participação de todos os envolvidos, tomando decisões em assembleias, comissões, etc. Os movimentos sociais, não marcados pela tutela do Estado ou outra entidade, passam a caminhar autonomamente, sem buscar a conquista do poder institucional e tomada de instâncias.

Os movimentos estão relacionados à perspectiva política não institucionalizada, ou seja, uma nova forma de fazer política em que a temática do poder continua central nas discussões, mas numa nova visão da realidade, agora constituída de novos e plurais espaços políticos. Implicam numa cultura política de base em relação às formas autoritárias e centralizadas, como afirma Vigevani (1989).

Em geral, os movimentos sociais se caracterizam pela reação as formas autoritárias e de repressão política, avançando propostas de democracia direta e de base ou representativa, pelo questionamento da distribuição do poder, pela reação à centralização do poder, avançando idéias de autonomias locais e de autogestão, pela oposição ao modelo econômico e pelo encaminhamento de novas formas de vida comunitária. (VIGEVA NI, 1989, p. 96.).

Entretanto, os novos movimentos sociais não estão isolados e nem possuem autonomia total, pois se percebem na sua práxis, elementos que identificam a presença das instituições, como Igreja, Sindicato e Partido. Não se podem confundir movimentos sociais com basismo em que os sujeitos encontram-se dispersos e desenvolvem uma ação política espontânea e sem forma definida. Neste sentido, Vigevani (1989) ainda aponta para a necessidade de certa institucionalização nos movimentos sociais para não cair no chão do personalismo e de ações reféns do humor de líderes messiânicos.

A experiência dos movimentos sociais indica que, ao não existirem os mecanismos necessários à construção da vontade coletiva, ao não existir nenhum tipo de institucionalização, portanto imperando a ideologia basista, ganha espaço o messianismo, a idéia da possibilidade de uma solução mágica dos problemas no dia em que houver uma *nova* sociedade, idéia por outro lado coerente com algumas das formas de concepção de mundo da igreja e levadas à população. (VIGEVA NI, 1989, p. 108).

Scherer-Warren (1998) estabelece um quadro de referências ao tratar das ações coletivas rurais, sintetizando os enfoques estruturalistas e culturalistas, a fim de encaminhar reflexão sobre o alcance e limites dos movimentos. Afirma de um lado, que as raízes da ação política são macro-fundamentadas economicamente (estruturalista) em que os movimentos se formam e organizam-se relacionados à estrutura fundiária, processos produtivos, por exemplo; e

os sujeitos coletivos são definidos por categoria abrangentes como o campesinato, proletariado, etc. Por outro lado, há as relações micro-fundamentadas sócio e culturalmente (culturalistas) que enfatizam uma lógica de mobilização coletiva a partir de relações sociais cotidianas e vinculadas a identificações culturais específicas de grupos como os indígenas, seringueiros, mulheres agricultoras, etc.

Desta forma, na primeira, trata-se de buscar na estruturação fundiária e na configuração de processos produtivos as possibilidades de formação de movimentos sociais rurais e, em última instância, nas relações entre macro-fundamentos econômicos, ideológicos e políticos. De acordo com a segunda, a construção de identidades coletivas, de políticas contestatórias e de novas manifestações político-culturais tem suas raízes nos micro-fundamentos das relações sociais cotidianas, ou seja, em torno de identificações culturais específicas. (SCHERER-WARREN, 1998, p. 223).

Entretanto, é importante destacar que os movimentos sociais não são puros (sejam eles culturalistas ou estruturalistas, conforme verificado anteriormente), pois aquelas reivindicações de natureza classista como a luta por emprego e salário, por exemplo, geralmente estão acompanhadas de aspectos étnicos, de gênero, etc. A luta pela terra, por exemplo, implica num aprendizado que não está limitado á conquista econômica, pois se realiza neste processo um conjunto de reflexões e ações variadas, passando pelo resgate valores, cultura e costumes do campo, bem como ações ligadas à geração de rendas, pobreza, concentração fundiária, violência no campo; enfim, críticas à estrutura desigual da sociedade ordenada pelo modo capitalista de produção.

Assim, verifica-se que os movimentos estão sustentados por diferentes energias, como destaca Gutierrez (1987), ao tratar dos movimentos frente à crise na América Latina. Não existe uma pureza de movimentos, aliás, eles surgiram para se contrapor aos ideais homogêneos e impermeáveis de organização, pois articulam diferentes dimensões (multidimensionalidade) como a classista, ambiental, cultural, etc.

Por exemplo, um movimento sob orientação de classe estará, provavelmente, acompanhado por significados étnicos e de gênero, que o diferenciam e assimilam e outros movimentos de orientação culturalista e com conteúdos classistas. Assim, os movimentos sociais se acham sustentados por múltiplas energias [...] (GUTIERREZ, 1987, p. 199).

O significado dos movimentos também é buscado no mundo cada vez mais interdependente e intercomunicativo. Neste caso, se formam redes de movimentos sociais em que as ações políticas apresentam alcance nacional e até transnacional, numa articulação entre local e global, particular e universal, uno e diverso. É comum, entre os movimentos, ONGs e também entre muitos estudiosos a defesa de uma consciência global e uma ação local, ou seja, pensar globalmente e um agir localmente. Sua estratégia é transformar os pequenos espaços em espaços de ação política que aos poucos vão atingindo transformações amplas e globais a partir de uma rede de movimentos.

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. (SCHERER-WARREN, 1999, p. 27).

No entendimento de Scherer-Warren (1999) ainda, a criação de uma rede de movimentos sociais implica no estabelecimento de relações democráticas e abertas ao

pluralismo e a diversidade cultural, em contraponto as ações políticas caracterizadas pela centralidade das decisões e hierarquização do poder. Nesta compreensão, a criação de redes de movimentos sociais possibilita a difusão de ideal democrático conectando as filosofias locais ao global, e vice versa, em que questões do cotidiano se tornam globais e planetárias. Por meio da rede se alcançaria a integração da diversidade numa relação mais democráticas, horizontal e plural, conectando diferentes espaços e momentos históricos.

Por outro lado, é importante destacar que a articulação de diferentes espaços e momentos históricos, o que permite as resistências, não é necessariamente resultante da globalização (como se existisse uma “boa” globalização) com a articulação de diferentes escalas espaciais. A resistência camponesa, por exemplo, ocorre fora dos grandes esquemas de “globalização” dos movimentos sociais e ONGs, ou seja, existe uma articulação de territórios não provenientes de laços comandados por redes globais.

Assim, muitas manifestações locais entre os camponeses, não inseridas nas redes de movimentos, como conhecimentos, saberes, costumes, tradições são gestadas, cultivadas e difundidas independentemente da formação de redes e inserção em grandes esquemas globais. Não é o isolamento, mas ações não provenientes de inserção nos grandes esquemas e amplas redes.

Neste sentido ainda, é importante destacar que a idéia de redes implica na desterritorialização sendo, no entanto, que as lutas e resistências camponesas têm se afirmado cada vez mais no território, que surge como trunfo, conforme afirma Rafestein (1993). A resistência camponesa a partir do território será tratada com mais atenção no item 5.

Existe um conjunto variado de movimentos camponeses que fazem resistência e luta contra os esquemas de expropriação e subordinação dos quais se destacam os seguintes: movimentos dos assalariados temporários, posseiros, mulheres agricultoras, e agora, camponesas, atingidos por barragem, indígenas, sem-terra, etc. Segundo Lisboa (1988), o movimento dos sem-terra manifesta-se como novo dentre os movimentos sociais, proporcionando a conscientização política do trabalhador rural que descobre seus direitos e passa a lutar pela conquista da cidadania e transformações sociais.

Os sem-terra tornaram-se sujeitos, já que agora o movimento não é concebido como em passado recente, quando a luta pela terra e reforma agrária era uma tática para alcançar o objetivo maior, ou seja, o fortalecimento e o avanço da classe operária, meio pelo qual se chegaria ao socialismo. Deve-se considerar que durante muito tempo os movimentos camponeses estiveram marginalizados em relação ao movimento dos operários, devido à hegemonia de certos esquemas teóricos que consideravam a luta dos operários aquela encarregada de promover as grandes transformações na sociedade, e tais esquemas seriam os merecedores de atenção e valorizados.

O Partido Comunista teve grande participação no direcionamento e na definição de como deveriam ser encaminhadas as lutas no campo, principalmente a partir da década de 1950. Os camponeses que lutavam para não serem expropriados e, de modo especial, os já despossuídos, que lutavam para entrar na terra, seriam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, pois se tornando proprietário da terra de trabalho, estaria impedindo o fortalecimento do proletariado, fator necessário para superação do capitalismo. Assim, o camponês deveria aceitar a expropriação como um fator necessário, pois sendo proprietário da terra estaria oxigenando o capitalismo e seus elementos de sustentação.

Tal processo, na verdade, seria impedido pelo trabalhador, pelo camponês, que ergue sua resistência à expropriação capitalista, porque fazê-lo seria o mesmo que opor resistência ao processo histórico, aos efeitos historicamente positivos da expropriação e do desenraizamento do campesinato, uma condição fundamental para o desenvolvimento capitalista. (MARTINS, 1990, p.13)

Ao tratar das lutas camponesas em geral, Shanin (1983) afirma que as suas interferências políticas podem ser classificadas a partir de três ações principais:

- Ação independente de classe, onde uma classe social se cristaliza no curso do conflito, cria sua organização, amadurece ideologicamente e produz seus líderes como ocorreu com a organização dos camponeses na Rússia em 1905 e no México com Zapata em 1910. As lutas dos sem-terra vinculados ao MST também são exemplos semelhantes a estas ações;
- Ações políticas dirigidas, onde um grupo organizado de fora proporciona ao campesinato um grande fator unificador e os camponeses são vistos quase como um objeto de manipulação. Os camponeses seriam incapazes de lutar pelos seus próprios interesses. Exemplifica o caso dos camponeses franceses que tiveram Bonaparte como “fator” unificador;
- Ação política sem forma definida e completamente espontânea, podendo se manifestar de duas formas: “motins locais”, com explosão rápida de revolta e controlada com facilidade pelo poder central e “passividade campesina”, como a forma de resistência. (SHANIN, 1983, p. 293).

As lutas e resistências camponesas foram visualizadas e consideradas importantes por grande parte de estudiosos e pelos próprios sujeitos quando realizadas no interior dos movimentos sociais, que se constituíram como paradigmas na realização destas lutas. Entretanto, existe uma prática de resistência entre os camponeses que extrapolam os limites dos movimentos sociais, ou seja, uma resistência para além dos movimentos sociais, como se existisse um “movimento camponês” mais amplo do que os “movimentos sociais”.

Mas, antes de tratar dessa perspectiva de lutas e resistências dos camponeses, serão destacadas as lutas camponesas no interior dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais e a resistência camponesa

Os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local, nacional, internacional.

Entretanto, a escala das relações sociais não está limitada necessariamente na produção e circulação de mercadorias, neste caso, produção agrícola. Pelos movimentos sociais, e não necessariamente, pela produção de mercadorias, é que os camponeses se comunicam com o outro e mundializa as suas demandas, protestos, reivindicações, necessidades, enfim, suas lutas e seu modo de vida.

A partir da visão de progresso das relações de produção é possível dizer que o capital, apresentando uma vocação internacional, cria contraditoriamente condições técnicas, científicas e de comunicação para estabelecer uma geografia mundial. Não se forma apenas uma rede global de mercadorias, mas também a formação de uma rede de movimentos sociais fortalecidos e de resistência. Cada movimento sai da sua ação de escala local se integra a muitos outros fortalecendo as lutas. Nesta compreensão de que é possível uma globalização não perversa (uma outra globalização, conforme afirma Milton Santos) ocorreria a superação da geografia curta e local que o camponês está inserido; superação esta que se constitui numa necessidade para ampliar as lutas e conquistas.

Enquanto o capital procura se internacionalizar pela produção de mercadoria, estabelecendo um mercado globalizado (produção de commodities do agro-negócio, por exemplo), os camponeses têm desenvolvido um conjunto de ações políticas nos movimentos sociais, meio pelo qual tem procurado se internacionalizar politicamente, inclusive sua

concepção de produção. Portanto, estão implícitas na internacionalização dos camponeses pelos movimentos sociais, as relações que visam solapar a ordem do mercado global capitalista, ou seja, o estabelecimento de relações não pautadas no acúmulo de capital.

A idéia de progresso está implícita nesta forma de resistência (resistência globalizada) dos camponeses porque o capitalismo ao se expandir no seu processo contraditório permite a ampliação e organização das lutas nos movimentos, ou seja, uma outra globalização, neste caso dos movimentos. Mas, se por um lado, verifica-se a possibilidade de resistência implícita no desenvolvimento das relações capitalistas globais, de outro, é possível destacar a idéia de produção destrutiva do capital desenvolvida por Mezsáros (1996). Uma produção que destrói empregos, direitos e gera guerra, fome, superexploração do trabalho e uma infinidade de outras barbáries.

Pautando-se mais numa dimensão política e de relações de poder, os camponeses, por meio dos movimentos sociais têm se organizado nacional e até internacionalmente. Isto é verificado nas manifestações do Fórum Social Mundial nas suas várias versões e, sobretudo na ação dos camponeses organizados na Via Campesina (uma manifestação mundializada da luta camponesa).

O fortalecimento de “entidades” mundializadas de camponeses é entendida por alguns autores como uma alternativa de organização e resposta ao processo de globalização do capital. Trata-se também de uma resposta em escala mundial assentada em amplas alianças entre os diferentes movimentos sociais populares.

[...] temos de procurar uma articulação dos excluídos, desprezados, dominados e explorados em escala mundial, incluindo os que vivem nos países desenvolvidos; uma coordenação, cooperação e alianças entre os sujeitos políticos e sociais que participam nas lutas emancipadoras procurando a construção de entidades mundiais. É necessário elaborarmos uma estratégia que inclua a articulação com forças que operam nos três grandes blocos de poder mundiais, e estabelecer relações multilaterais com cada um deles como uma maneira de deslocar a partilha política das zonas de influência entre os mesmos. (HARNECKER, 2000, p. 393)

Muitos estudiosos e os próprios movimentos sociais camponeses têm valorizado as ações em escala ampla e massiva como a realização de grandes encontros, marchas, eventos e manifestações variadas que criam um fato político e garantem grande repercussão. As pequenas manifestações acabam sendo depreciadas, sendo as lutas consideradas isoladas, não portadoras de potencial transformador da sociedade.

O exemplo típico de movimentos sociais camponeses de escala nacional que oferece maior resistência à opressão engendrada na produção capitalista é o MST. O fato de o movimento ser espacializado nacionalmente e articulado a outros movimentos, inclusive de outros países, tem trazido importantes resultados e conquistas para os camponeses.

Segundo Fernandes e Martin (2004), o fato de o MST possuir uma ação nacional, presente em 23 unidades da federação semelhante à construção de uma rede, faz dele não apenas um movimento social, mas um movimento *socioterritorial*. O Movimento tornou-se socioterritorial no momento que as lutas isoladas foram articuladas nacionalmente, quando foi fundado o MST em 1984 em Cascavel/PR, como será visto a seguir. Antes desta data o movimento era isolado, pontual e localizado, o que dificultava a ampliação das lutas e conquistas.

Fernandes e Martin (2004) ainda, reconhecendo as diversas escalas (local, regional, nacional e mundial) que se implicam e imbricam-se, analisam a resistência dos camponeses a partir do nexos da espacialização das lutas. Os movimentos espacializados e de lastro e abrangência nacional são considerados socioterritoriais e aqueles que esboçam resistência local são entendidos como movimentos isolados, indicando que estas seriam formas menos eficientes

para alcanças seus objetivos. Ao tratar das ocupações de terra realizadas pelo MST, Fernandes (2001) afirma:

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam em famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e/ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores (grifo nosso)” (FERNANDES, 2001, pp. 72-73)

A origem da luta dos sem-terra teve início no final da década de 1970 por trabalhadores expulsos e expropriados no processo de “modernização” ocorrido no campo. Esses trabalhadores, através de ação de resistência, passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e o deslocamento para a Amazônia ou Paraguai (brasiguaios). Os primeiros movimentos surgiram de forma isolada com as ocupações realizadas nos cinco Estados ao Sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora isoladas, as lutas foram organizadas, principalmente, pela CPT (comissão pastoral da terra), criada em 1975, para apoiar as lutas dos camponeses.

No Rio Grande do Sul ocorreu a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta. No Paraná, ocorreu a luta dos agricultores que perderam suas terras com a barragem de Itaipu, através do “Movimento Justiça e Terra” que reivindicava a justa indenização das terras. Em Santa Catarina aconteceu a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo-Erê.

Nesta mesma época foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina/SP. Em Mato Grosso do Sul ocorreu no início da década de 1980 a luta de resistência na terra pelos camponeses arrendatários que trabalhavam na derrubada das matas e formação de pastagens nas fazendas localizadas em Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados. Acrescente-se ainda a ação dos brasiguaios, que retornavam para o sul de Mato Grosso do Sul, montando acampamentos em vários municípios desse Estado.

Em 1984, foi realizado, na cidade de Cascavel o I Encontro dos trabalhadores rurais sem terra, marcando o início da articulação nacional das lutas do sem-terras. Os movimentos de lutas “isoladas” e localizadas se reuniram e passaram a atuar coordenadamente após a realização do I Encontro. Neste Encontro ainda foram definidos os princípios, formas de organização, reivindicação e luta do MST.

O movimento dos sem-terra, com seu caráter popular, passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse a sua condição de excluído do processo produtivo e da apropriação da terra por meio de ocupações de latifúndios e acampamentos em todo o Brasil. Passaram a criar situações para envolvimento do Estado na questão da terra através de ocupações de terra e órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos, etc. Assim, simultaneamente à expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, os camponeses construíram a possibilidade de retorno à terra, através de ocupações e lutas de resistência.

No I Congresso do MST, realizado em 1985, foi definida a seguinte palavra de ordem: *sem reforma agrária não há democracia*. A prioridade dos sem-terra era a sua organização interna e a realização de ocupações nos vários Estados do Brasil.

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR, investiram (inclusive com meios violentos) no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais.

Neste contexto, o MST adotou uma nova palavra de ordem: *ocupar, resistir e produzir*, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação, daí em diante, não

seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção para viabilizar os assentamentos e da reforma agrária.

A partir do discurso de benefício econômico trazido pela realização da reforma agrária, os sem-terra procuram envolver toda a sociedade na sua realização, inclusive convocando os segmentos urbanos para o debate. Em 1995, foi definida outra palavra de ordem: *reforma agrária: uma luta de todos*. Em 2000, a palavra de ordem adotada no IV Congresso do MST foi a seguinte: *reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. Assim, verifica-se nas palavras de ordem do MST uma preocupação com um projeto de desenvolvimento do país, ou seja, elas evidenciam que o interesse e ações do MST estão voltados para uma escala nacional e não apenas o atendimento dos interesses específicos e imediatos dos camponeses.

Caldart (2000) ao tratar da pedagogia do movimento (MST) refere-se ao camponês sem-terra que se educa no processo de luta, como um “novo” camponês, que ao se transformar neste processo, supera a condição do “antigo” camponês.

De novo é preciso dizer que a cabeça do antigo camponês ou bóia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de mundo aos poucos vai sendo construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, como contradição, ou já como síntese. (CALDART, 2000, p. 118)

O momento vivido no acampamento e ocupação é definido por Caldart (2000) como “extraordinário”, mas no assentamento os sem-terra são pressionados a voltar ao modo de vida de camponês do passado, antes da entrada no MST. A idéia de Caldart (2000) é de que o MST não é um movimento formado pelo camponês típico, pois a preocupação deste está voltada para obtenção de interesses econômicos imediatos. Diferentemente das lutas dos camponeses típicos que estão mais centralizadas na luta e conquista pela terra, os sem-terra do MST desenvolvem lutas mais ampla, pois não querem apenas terra, mas reforma agrária e um modelo de desenvolvimento de agricultura que possa atender seus interesses.

A compreensão e posicionamento dos camponeses assentados frente às privatizações realizadas no período do governo FHC, principalmente, são outro indicativo de preocupação com questões que envolvem o contexto nacional e internacional. A mobilização dos sem-terra contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, foi um importante marco para também evidenciar a preocupação com os interesses nacionais que perpassam o MST. Foram realizadas ainda “campanhas” contra a privatização de muitas outras empresas estatais, envolvendo um enorme número de trabalhadores, artistas e líderes políticos em geral.

Neste processo de construção do “novo” camponês, que Caldart (2000) supõe existir, ocorre a retomada e re-interpretação de formas antigas de manifestações como as romarias e a mística religiosa, que não eram consideradas manifestações políticas progressistas. As romarias são substituídas pelas marchas de sem-terra (as marchas nacionais organizadas pelo MST ocorridas nos anos de 1997 a 1999 são exemplares) e as orações são substituídas por um discurso político de contestação da ordem de classes sociais.

As relações sociais camponesas, entendidas pelo MST como atrasadas, passariam por um processo de modernização das relações com o “novo” camponês, em vista do contexto de produção coletiva que deve existir no assentamento. Este é o caso da proposta das CPAs (cooperativas de produção agropecuária) que defende a necessidade de superação das características camponesas do assentado para alcançar novos patamares “superiores” de luta.

Por outro lado, é importante destacar que não é preciso do desenvolvimento de forças produtivas e modernização das relações de produção para os sem-terra alcançar patamares superiores de lutas, consciência política e coletiva, ou seja, a participação no processo social enquanto sujeitos políticos. O amadurecimento da consciência política não vem necessariamente pela modernização das relações de produção e inserção no mundo da mercadoria, mas do fortalecimento das forças sociais, organizadas nos movimentos.

Neste contexto, o rompimento dos localismos e a geografização de abrangência nacional do MST contribuíram para fazer dele um movimento de grande importância política e poder. Outros movimentos também têm procurado o mesmo caminho de integração e organicidade nacionais das lutas como é o caso dos agricultores familiares, organizados nos sindicatos.

A fundação de vários sindicatos e federações (Fetrafs e Fafs) permitiu ações que viabilizassem o I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em 2004 em Brasília, possibilitando o desencadeamento de um processo de “nacionalização” da organização dos agricultores familiares, que há mais de 30 anos já discutiam a possibilidade de uma nova organização sindical no campo brasileiro. A construção daquilo que denominam de um *ator nacional* passou a ser o objetivo central dos agricultores familiares, pois “... não resta mais dúvida de que a agricultura familiar quer ter ‘cara’ nacional, quer ser protagonista nos rumos da conjuntura e na definição das estratégias de desenvolvimento, deixando de ser um mero coadjuvante secundário” (DESER, julho/2004, 10).

No I Encontro, os agricultores familiares defenderam a realização de um Congresso para a fundação da Fetraf (federação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar do Brasil) a fim de se efetivar uma ação de abrangência nacional fundamentada em cinco grandes argumentos:

a – construir uma organização que potencialize o embate em torno do modelo de desenvolvimento e a consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário; b - o avanço na construção histórica de um novo sindicalismo, por dentro da CUT; c – a necessidade de articulação nacional das experiências existentes na ação organizativa sindical e da produção; d – a ruptura definitiva com a estrutura sindical ultrapassada e obsoleto, hoje representada pela CONTAG; e - a necessidade de construção de um ator nacional de representação política da agricultura familiar. (DESER, julho/2004, 11)

Em novembro de 2005, agora no I Congresso Nacional da Agricultura Familiar, com delegados de 20 estados brasileiros e de participantes internacionais foi deliberado pela construção de uma nova organização sindical no campo brasileiro com a criação da (Fetraf-Brasil/CUT). No Congresso foi eleita uma coordenação geral e dentre as resoluções foi aprovado um conjunto de princípios e objetivos gerais para embasar as ações da Federação.

Embora não seja objetivo discutir as diferentes concepções e princípios que caracterizam os agricultores familiares é importante apontar que sua articulação nacional surge como uma proposta de ação a partir de demandas específicas deste segmento social, que tem criado uma identidade própria. Eles não se vêem representado pelo MST, pela estrutura sindical institucionalizada no campo centralizada na CONTAG (confederação nacional dos trabalhadores na agricultura) ou no cooperativismo da OCB (organização das cooperativas do Brasil). Desta forma, buscam transformar a agricultura familiar em protagonista num processo de desenvolvimento da nação com capacidade de intervenção e decisão no cenário nacional.

Além dos movimentos sociais populares no campo articulados nacionalmente referidos anteriormente (MST e Fetraf-Brasil/CUT), muitos outros buscam construir uma geografia cada vez mais ampla nas suas ações. Este é o caso do MAB (movimento dos atingidos por barragens), MPA (movimentos dos pequenos agricultores), Mulheres Camponesas, etc.

Dessa forma, os movimentos tornaram-se o paradigma de luta, resistência e construção do lugar social dos camponeses. A organização dos camponeses nos movimentos sociais em escala nacional e internacional indica que sua existência reside mais na sua eficiência política do que na capacidade de produção de mercadoria a baixo custo ou obtenção de vantagens no mundo da mercadoria.

Por outro lado, ao se construir como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou considerados de forma exclusiva, como se tivessem o

monopólio das lutas no campo. É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos (e não o contrário). Os movimentos sociais são um dos atributos de sua existência.

Nem todas as ações de enfrentamento a ordem dominante estão limitadas aos sujeitos vinculados aos movimentos sociais, articulados nacionalmente e inseridos em redes transnacionalmente organizadas. Por isso, os movimentos sociais não devem ser considerados como possibilidade única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos, ou seja, “nem tudo o que se move na sociedade é um movimento social” (GUTIÉRREZ, 1987, p. 199).

É possível verificar entre os camponeses diversas formas de resistência construídas a partir de ações locais e laços comunitários e solidários. Neste sentido, é necessário referir-se a idéia de território para visualizar as ações de resistência localmente construídas. Há que se atentar para estas práticas de resistência camponesa assentada no território, pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante expropriatória e desumana.

A abordagem do território não é exclusivamente uma abordagem do local, mas esta esfera se ergue como elemento necessário na sua caracterização. Mas, enfim, como se manifesta a resistência entre os camponeses além dos movimentos sociais? O que fazem os camponeses que permite apontar para uma resistência na esfera local? A esfera local sempre é sinônima de autonomia, independência, emancipação, resistência ou poderá ser base para a reprodução de relações de dominação, exploração e expansão do capitalismo?

A seguir, serão apresentadas duas abordagens de local ao se caracterizar o território camponês: uma, a partir do “desenvolvimento local” em que a geografização camponesa ocorre pela inserção no mundo da mercadoria, que na essência, coloca limites a sua existência. Aliás, neste entendimento, não se reconhece a existência de camponeses, mas de agricultores familiares. A outra abordagem, visualiza a perspectiva do território e do local como resistência em que os camponeses procuram negar a mercadoria e mais-valia.

Desenvolvimento local e a geografização camponesa pelo mundo da mercadoria

O conceito desenvolvimento local é utilizado por estudiosos do campo, organizações multilaterais (Banco Mundial, PNUD) e órgãos oficiais (ministério do desenvolvimento agrário), para expressar a importância que o local assume no estabelecimento de relações sociais de produção. A utilização deste termo/conceito é verificada também entre as organizações camponesas como a Fetraf-Brasil-CUT, que tem investido esforços organizativos para o desenvolvimento local.

O local é entendido como a comunidade, municípios pequenos ou conjunto deles em detrimento de lugares mais populosos e a geografização do camponês ocorre pelas trocas, no caso de mercadoria, onde na essência se encontra a idéia de desenvolvimento.

O desenvolvimento local está assentado no paradigma da agricultura familiar. Segundo Fernandes (2001) a agricultura familiar se constitui numa tese que defende a integração e não a luta contra o capital por parte dos camponeses.

O que há de novo é que, desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital. Essa é a tese da agricultura familiar. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital [...] De fato, essas idéias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um

atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integrabilidade, entre trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. (FERNANDES, 2001, pp. 32-266)

Os camponeses, denominados por grande parte de estudiosos, movimentos e órgãos oficiais de agricultores familiares, levariam vantagens econômicas ao produzirem com mais eficiência por causa de características locais. A inserção no mundo da mercadoria ampliaria o horizonte geográfico do camponês, ou seja, a geografização ocorreria pelas trocas, proporcionando sentido sociabilizador e aumento da capacidade de organização e reivindicação de benefícios, como políticas públicas, por exemplo.

Neste entendimento, o contexto local se ergue como esfera privilegiada no processo de desenvolvimento e é colocado como elemento fundante nas relações. A partir de diferentes imbricações sintetizadas na idéia de *capital social* (produção assentada na ajuda mútua, reciprocidade e cooperação) é possível chegar ao DTR (desenvolvimento territorial rural). Por outro lado, é importante observar que a idéia de capital social não atenta para as contradições e conflitos existentes no processo de construção do espaço geográfico.

Na essência, esse desenvolvimento (DTR) expressa uma compreensão marcada pela criação de oportunidades de negócio (como se o mercado criasse oportunidades iguais a todos) por meio da potencialização de competitividades. O desenvolvimento nesta perspectiva está pautado na inserção no mundo da mercadoria, ou seja, o desenvolvimento existe quando se eleva a capacidade de produzir e consumir. A agricultura familiar seria semelhante a um pequeno agronegócio.

O local na perspectiva do desenvolvimento também favorece a intervenções do Estado na forma de políticas públicas para a modernização da base técnica e o progresso econômico das famílias agricultoras, criando o bem estar geral da população! O desenvolvimento é visto como civilização, progresso e acesso à modernidade, tanto das tecnologias e instrumentos, como das idéias, para sair do atraso social.

Alargando sua compreensão, o local ainda apresenta-se como potencializador do desenvolvimento porque possui um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadas e participativas de gestão. A descentralização do poder de decisões é transferida para as regiões, municípios, conselhos e comunidades, o que confere poder aos segmentos populares.

A descentralização, entendida como transferência de poder decisório aos estados, municípios e atores locais, expressa, por um lado, os processos de modernização gerencial da gestão pública. Os conselhos, enquanto instrumento da vida em sociedade, são defendidos pelos liberais e pela esquerda, em seus diferentes matizes. (NUNES E OLIVEIRA, 2004, p. 6)

O desenvolvimento é visualizado ainda como um meio para alcançar patamares de consumo das sociedades desenvolvidas e industrializadas. Mas, a industrialização orientada pela produção mercadológica é insustentável por essência, pois implica na transformação intensa da natureza.

Diegues (1992) chama a atenção para a necessidade de pensar a sociedade não sob as perspectivas do desenvolvimento, mas de “sociedades sustentáveis”, em que se valorizam as tradições de cada comunidade, composição étnica, etc. Defende o respeito aos valores de cada comunidade, possibilitando que cada sociedade possa definir os seus padrões de consumo e produção, cultura, história e ambiente.

Neste contexto, é necessário questionar se é possível alcançar este desenvolvimento com produção pautada na oportunidade de negócios (ou o pequeno agronegócio) como propõe aqueles que defendem o DTR/desenvolvimento local.

Embora com perspectivas diferenciadas, os que defendem o desenvolvimento local e territorial se aproximam daqueles que acreditam na necessidade de um movimento social nacional e mundialmente organizado, pois ambos visualizam as ações dos camponeses a partir do progresso civilizador e da modernidade. Quando os movimentos não têm um lastro geográfico amplo ou não abrangem grande espaço de intervenção política ou quando os camponeses não possuem capacidade de competir a partir das vantagens do local, são entendidos como um movimento isolado, apontando limites para a conquista de benefícios.

Assim, se o desenvolvimento territorial rural indica a possibilidade de geografização camponesa pela eficiência na esfera da produção, a idéia de movimento socioterritorial, referida por autores como Fernandes e Martin, (2004), visualizam a ampliação da geografia camponesa também pela eficiência, mas na esfera política, com uma geografização nacional e internacional para alcançar benefícios e conquistas. Por perspectivas diferentes, ambas as correntes reconhecem no sujeito (camponês ou agricultor familiar) capacidade de existência pela sua escala de ação nacionalmente espacializada.

Se a compreensão de desenvolvimento local dos órgãos oficiais, multilaterais e alguns movimentos visualizam o local como possibilidade de desenvolvimento a partir de oportunidades de negócios, por outro, as forças locais se erguem como resistência à imposição dos mercados globais (globalização) desterritorializados. Neste sentido, o território se ergue como possibilidade de resistência a esquemas de dominação e subordinação engendradas na sociedade capitalista.

O território camponês e o local como resistência

Tornou-se comum entre aqueles que estudam os camponeses atribuir capacidade de resistência entre eles a partir da suas mobilizações coletivas expressas nos sindicatos, entidades, associações e, principalmente, movimentos sociais. São ações de resistência nos movimentos sociais realizadas em rede nacional e internacional cada vez menos desterritorializadas.

Mas, se por um lado, verifica-se uma ação menos territorializada dos movimentos sociais, de outro, ganha sentido a uma força local sustentada no território camponês como o acampamento de sem-terra, assentamento, comunidades, bairros e mesmo propriedades/lotês de pequenos agricultores. Por isso, os movimentos sociais camponeses também defendem uma ação local, como pode ser verificada em decisão do I Fórum Mundial da Reforma Agrária realizada em Valência na Espanha em dezembro 2004.

Em oposição ao modelo agro-exportador, o FMRA – Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária - defende o fortalecimento da agricultura camponesa e familiar voltada para os mercados locais como ferramenta para garantir a soberania alimentar das nações. Esse modelo de produção agrícola, segundo a declaração final do encontro é potencialmente mais produtivo por unidade e superfície, mais compatível com o meio ambiente e muito mais capaz de proporcionar uma vida digna às famílias rurais ao mesmo tempo em que proporciona aos consumidores rurais e urbanos alimentos sãos, baratos e produzidos localmente. (BRASIL DE FATO, 2004, p. 10)

O local não é apenas especificidade e um detalhe, mas portador de conteúdo total e apresenta características que pode favorecer a realização das lutas camponesas. Souza (1995), a tratar do território entende que o local se ergue como elemento importante na construção da resistência e luta.

Assim, uma luta pontual, é em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradições de classe no seu interior ou a organização das prostitutas para defenderem o seu território ou se defenderem contra a truculência de uma polícia corrupta - *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, *pode* vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate. (SOUZA, 1995, p. 109)

Fernandes e Martin (2004) embora se refiram a movimentos socioterritoriais, ou seja, aqueles articulados nacionalmente como portadores de um conteúdo questionador da ordem capitalista dominante, como visto anteriormente, reportam-se ao pensamento Foucault, enfatizando que a geografia das confrontações locais de poder foi em parte, problematizada por este estudioso na *Microfísica do Poder*, possibilitando compreender que a produção e resistência camponesa fazem surgir uma geografia característica e peculiar do campo. Os autores também citam Lefebvre para apontar a necessidade de reconhecimento das forças locais na compreensão dessa realidade.

Pois, o intento do pensamento de Lefebvre não é somente um estudo linear do espaço social na sua história e na sua gênese, mas procura compreender melhor o presente para antever o possível futuro. Esta intenção abre-se para os estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. Este propósito inclui os conflitos, as lutas, as contradições. Se o local, o regional, o nacional e o mundial implicam-se e imbricam-se. Assim o mundial não pode abolir o local. (FERNANDES e MARTIN, 2004, p. 5)

Assim, a escala de ação dos camponeses se amplia pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma “energia” local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam ação de movimentos e organização de entidades nacionais/transnacionais. O território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas.

Veja-se o caso dos movimentos camponeses do passado como os “messiânicos”, por exemplo, que tinham uma geografia local, não espacializados nacionalmente, e muito menos permeados por relações internacionais. Construía o seu território e daí questionavam o poder central dos coronéis, como foi o caso de Canudos e Contestado, dentre outros. Estes camponeses não estavam integrados aos grandes circuitos de relações orgânicas nacionais e internacionais.

Destaca-se no processo de construção da resistência a partir de forças locais, um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc. Estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança; e serão tratadas a seguir.

As relações camponesas são marcadas por certa *autonomia e controle do processo produtivo*, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agro-negócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção.

O fato de possuir terra e instrumentos de trabalho faz da família camponesa, além de produtora de excedente (mercadoria), também produtora para autoconsumo, diferentemente da produção coletiva calcada na divisão do trabalho, semelhante ao que ocorre numa fábrica. O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia.

Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. Neste caso, o estudo de Chayanov (1977) serve para sustentar a idéia de controle do processo produtivo no estabelecimento camponês da “porteira para dentro”, pois a produção é pautada pelas necessidades de sobrevivência dos membros da família e não de lucro e acúmulo infinito.

No projeto de “ser colono”, apontado por Zimmermann (1994), os camponeses recusam até mesmo as cooperativas agrícolas, consideradas formas estranhas ao seu mundo comunitário e familiar, pois se pautam no mundo conhecido e não na estranheza do além local, representado pela agroindústria, cooperativa, coletivização e internacionalização da economia. Mas, por outro lado, eles se aglutinam contra a subordinação pelas variantes que lhe são mais conhecidas e que respeite a diversidade.

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas vê dificuldades para os camponeses, principalmente dos assentamentos. Aponta que a especialização que estaria implícita nesta proposta pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, onde se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam á terra, depois de muita luta... Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros. (OLIVEIRA, 1994, pp. 49-50)

Paulino (2003), ao estudar os camponeses do norte do Paraná, procura apreender a diversidade e o grau de importância das estratégias de existência camponesa. Neste processo de construção da autonomia camponesa (não se trata de autonomia absoluta) recusam ao externo, pois agregados em unidades familiares e comunitárias controlam seu tempo e seu espaço de forma contrastante à lógica dominante capitalista. A autora analisa ainda o caso de uma família que abandonou a produção leiteira que utilizava tecnologia avançada segundo recomendação de empresa capitalista, para investir na criação de gado mestiço, rompendo a lógica da agroindustrialização do leite.

Assim, a dependência externa é evitada entre os camponeses. Segundo Paulino (2003) ainda, embora existam vantagens aos camponeses integrados, pois eles não têm somente a perder com a integração, recusam-na porque ocorre o deslocamento das estruturas de decisão das unidades camponesas de produção.

[...] é o deslocamento das estruturas decisórias para fora das unidades camponesa que acaba alimentando as relações de subordinação que certamente interfere na autonomia camponesa... Lembremos que, além desses, muitos outros almejam a integração, não o fazendo em virtude da necessidade de investimentos, em geral incompatíveis com os recursos disponíveis. É evidente que neste movimento há também os que já foram integrados e rechaçam a experiência, da mesma forma como há muitos que nem sequer cogitam tal possibilidade. (PAULINO, 2003, p. 119)

Verifica-se também entre os camponeses uma *produção de resistência* de base territorial e localmente organizada. Os camponeses, a partir do contexto local têm procurado implementar uma agricultura defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais. Tem procurado forjar uma agricultura em que parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas são elaborados pelos próprios camponeses, procurando depender menos daquelas técnicas elaboradas na esfera da produção de mercadorias e nos interstícios das relações capitalistas.

A organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não devem ser desprezados em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico.

Uma relação particular com a natureza também é verificada entre os camponeses no conhecimento que possui sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e sementeira feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. Isso indica relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica.

A natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência. A terra não é vista necessariamente como uma mercadoria para acumular capital. Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza.

São exemplares também os casos de experiências relacionadas à agricultura orgânica. Os pequenos agricultores têm investido meios para garantir acesso a mercados de produtos elaborados fora do padrão convencional de uso de agrotóxicos fornecido por empresas transnacionais. Este é o caso da adubação verde e o cultivo de espécies vegetais que repõe os nutrientes do solo retirado pelas plantas com o passar dos anos de cultivo. Também o uso de matéria orgânica produzida nos lotes como resíduos de produtos ou de beneficiamento da produção (a palha) são largamente utilizados na produção agrícola nos lotes. Trata-se de uma forma de adubação que não passa pela esfera da produção de mercadorias.

Outro exemplo é o cultivo de sementes crioulas, como a de milho, denominado de “variedade”, resultante de experiências feitas, geralmente, em grupos dos pequenos agricultores. Nesta técnica de produção de sementes faz-se o cruzamento das várias espécies de milho num campo experimental. As sementes produzidas poderão ser utilizadas de um ano para o outro, ao contrário do que ocorre com as sementes híbridas, e mais recentemente as geneticamente modificadas, em que as sementes prestam para uma única safra.

Os métodos naturais de combate às pragas, a fabricação e produção de ferramentas de trabalho e instrumentos nos próprios lotes, cultivos de gêneros alimentícios, fabricação de roupas e calçados para o trabalho na roça, combate a pragas das lavouras sem uso de agrotóxicos, dentre outras atividades desenvolvidas nos lotes, indicam uma organização de produção alternativa e defensiva entre os camponeses que procuram depender cada vez menos do mercado capitalista.

É importante observar que a agricultura de resistência não é uma produção semelhante àquela defendida por algumas ONGs (organizações não-governamentais) baseadas na

agroecologia que inclui acesso a um conjunto de técnicas altamente sofisticadas, produzidas e integradas a redes de entidades e movimentos. A agricultura orgânica camponesa é forjada a partir de experiências simples, repassadas pela tradição.

Por outro lado, ao referir-se à agricultura em assentamentos, Abramovay (1994) diz que a existência da produção familiar (agricultura familiar) exige uma agricultura altamente tecnicada, profissionalizada e integrada a esquemas de comercialização, para garantir a sua sobrevivência (Abramovay, 1994, p. 315). Isso indica a necessidade de deslocamento de uma agricultura camponesa para a agricultura familiar como condição de operacionalização e existência.

Neste caso, a produção exige a perda do peso das decisões de esfera local. O autor fala ainda da dificuldade de um modelo intensivo porque também exige alto grau de profissionalismo. Em estudo feito sobre o Sudoeste do Paraná, Abramovay procura demonstrar como as relações camponesas vão dando lugar a uma produção tipicamente capitalista com aparecimento de empresas que substituem a relação de dominação dos comerciantes tradicionais/cerealistas, acabando com os laços de dependência pessoal e modificando as formas organizativas de produção entre os camponeses daquela região.

É importante destacar que as concepções de Abramovay (1994) não consideram a permanência de estruturas do passado ou que as relações capitalistas se expandem num sentido contraditório e desigual, reproduzindo antigas relações. Considera que antigas relações são varridas no processo de hegemonização do capital.

Outro elemento a ser destacado nas relações sociais entre os camponeses é a natureza essencialmente *hierarquizada* dos laços entre os membros da família. A visão de mundo dos camponeses baseada na hierarquia e nos diversos papéis, deveres e direitos são estabelecidas a partir de princípios não necessariamente econômicos. No caso dos camponeses assentados, por exemplo, os associativismos coletivos, que se fundamentam no “igualitarismo”, defendidos pelo MST são forjados a partir de ideais econômicos externos ao mundo familiar, surge como estranho às populações camponesas dos assentamentos.

Manifesta-se neste sentido, um choque entre os valores “igualitaristas” dos movimentos e os valores dos camponeses (hierarquia). Romano (1994) refere-se ao mundo hierarquizado do camponês e o “igualitarismo” proposto pelos movimentos sociais para caracterizar as diferentes compreensões de organização do processo produtivo e relações sociais nos assentamentos.

A organização através de formas associativas, e muito mais de formas coletivizadoras, proposta por mediadores com o Movimento Sem-Terra, fundamenta-se numa concepção e *igualitarismo*, estranha às populações camponesas dos assentamentos. A organização social, o mundo, a cosmovisão da maioria dos grupos camponeses estão baseados na *hierarquia*, no reconhecimento de papéis diversos dos atores e na sua valorização diferencial, com deveres, direitos e retribuições diferentes estabelecidos a partir de princípios não necessariamente econômicos. (ROMANO, 1994, p. 257)

Dessa forma, emerge um conjunto de conflitos construídos a partir do igualitarismo econômico centrados na esfera da produção e a hierarquização das relações entre populações camponesas. Esta concepção de igualitarismo forjada nos interstícios dos movimentos, sustentadas em princípios teóricos fundados no coletivismo dos meios de produção, em determinadas circunstâncias, reproduz um certo preconceito à produção camponesa denominada de individualista, oportunista, imediatista, etc.

Por outro lado, surge entre os camponeses um conjunto de atividades coletivas que não se realizam necessariamente na esfera da produção coletiva e divisão do trabalho inspiradas nos esquemas de uma fábrica. Trata-se de um coletivo diferente da visão “tradicional” assentada na produção *strictu sensu*.

A relação de *vizinhança* entre os camponeses é outra característica que evidencia a dimensão local da vida camponesa, pois permite uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas às outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo. Esta relação entre vizinhos também aponta para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola, por exemplo. Neste sentido, Martins (2002) afirma “a consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários” (MARTINS, 2002, p. 75).

A compreensão da relação entre vizinhos nos remete a idéia de “sitante e bairro rural”. Os sitantes podem ser caracterizados como o pequeno produtor rural responsável pela lavoura que trabalha direta e pessoalmente com a ajuda da família e ocasionalmente utiliza-se de empregados remunerados. Já os bairros rurais são unidades de povoamento com um habitat disperso que dispõe de um núcleo que serve para fixação da população. O núcleo em geral é formado por uma igreja e uma praça e as famílias fixam residências em lotes e datas.

Fukui (1979), ao estudar o *sertão e bairros rurais* referindo-se a Antônio Cândido, caracteriza o bairro rural como uma unidade social mínima que se situa entre o grupo familiar e formas mais complexas de solidariedade social. Esta unidade ocorre em torno da vizinhança que se reúne para trabalhos mútuos, festejos religiosos locais (FUKUI, 1979, p. 67).

A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da socialização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro. No passado, até o espaço e fronteira da comunidade eram estabelecidos pelo som que alcançava do toque do sino da Igreja ou pelos sacramentos oferecidos pela Igreja.

É importante ressaltar que a comunidade não se forma apenas pelo negócio, que faz a aglutinação entre as pessoas, mas, em muitos casos, a comunidade se forma em torno da Igreja e o espaço estabelecido por uma vertente e divisor de águas de uma bacia hidrográfica. A integração ocorre com visitas e auxílio mútuo entre as famílias que vivem próximas, em esforços para cuidar da escola e da Igreja, reunião em torno de uma máquina/moinho e engenho para beneficiar a produção, uma venda (estabelecimento comercial) na estrada, etc. Assim, a comunidade surge como laços estabelecidos num determinado espaço e não se limitam à dimensão produtiva agropecuária e comercialização de mercadorias.

As festas e a ajuda mútua também surgem como exemplos da territorialização camponesa. A ajuda mútua não consiste apenas na troca de dias de serviço, mas também na partilha de produtos da unidade de produção como sementes, alimentos, utilização de máquinas, prestação de serviço de transporte, enfim uma variedade de trocas realizadas no bairro rural não regulada por relações mercadológicas.

Ali se trocam experiências e conhecimentos com vistas a potencialização dos recursos disponíveis. Trocam-se mudas e sementes. Trocam-se ovos e emprestam-se galos para melhorar galinheiros que estão ‘refinando’. Emprestando-se os melhores cachacos para a fertilização das fêmeas. Emprestando-se e trocam-se touros para evitar problemas genéticos no rebanho. (PAULINO, 2003, p. 377)

Outra característica do território forjado pelo camponês é sua capacidade de desenvolvimento e realização de *ações comunitárias e coletivas*.

As ações comunitárias entre os camponeses são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas. O mutirão, por exemplo, é movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação estrutural da sociedade.

As ações comunitárias ainda se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na troca de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e as festividades,

visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas, seja na sede da comunidade onde está a capela, seja nas residências.

Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões informativas e espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de lutas e reivindicações. Mas, os laços e ações comunitárias podem ser potencializados e se desdobrarem em ações coletivas em torno de movimentos sociais.

As ações coletivas são atividades realizadas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas por meio das lutas, em muitos casos sem participação partidária, indicam uma nova compreensão do ordenamento da sociedade elaborada pelos sujeitos. Elas indicam o potencial e a capacidade de compreensão que motivam ações voltadas para o Estado porque será por meio dele que os camponeses visualizam o retorno de renda da terra transferida para o capital na circulação da produção, sejam na forma de políticas públicas, financiamentos, custeio de lavouras, garantia de preço dos produtos agrícolas, etc.

Marcadas por um conteúdo de classe sócia, as ações coletivas são motivadas por uma identidade política/ideológica construída no processo de luta pela terra (ou na terra) e possuem perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade. Mas, o coletivo entre os camponeses não é necessariamente forjado na esfera da produção (coletivização da terra, meios de produção, trabalho, etc.) e sim na esfera política por meio de lutas e enfrentamentos.

É importante destacar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas.

Não se trata de estágios em que camponês, para garantir a sua reprodução, deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário e chegar à organização da produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformarem em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa. A solidariedade que a proximidade espacial dos lotes de terra permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, transformando-se em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder.

Santos (1978), em estudo sobre os Colonos do Vinho, no Rio Grande do Sul, refere-se às práticas de construção da utopia comunitária, destacando formas comunitárias de relações, como ajuda mútua, festas, religião, etc. Estas formas de relações permitem um ordenamento social que leva às manifestações politizadas de cidadãos que reivindicam medidas do Estado no atendimento de seus interesses e formação de uma “consciência sindical”.

Por outro lado, é necessário frisar que as ações comunitárias e coletivas, diferentemente do que o nome sugere, nem sempre são marcadas pela harmonia, solidariedade, ajuda entre as pessoas, tanto no trabalho nas lavouras como num momento de precisão (auxílio em caso de doenças, viagens, etc.). Aí também ocorrem conflitos/tensões e se reproduzem relações de dominação, usura, disputas políticas na tomada de decisões locais, inveja, violências e cruentas lutas intestinas.

Considerações finais

A resistência dos camponeses a esquemas de dominação e subordinação foi considerada importante quando realizada no interior dos movimentos sociais. Isso possibilitou a construção dos movimentos sociais como paradigmas nas lutas, não só no campo, mas também nas cidades. Os movimentos sociais foram (e ainda são) reconhecidos como a principal forma dos camponeses de se rebelarem contra a ordem desigual, reivindicar melhores condições de vida, enfim, transformações sociais. A idéia é que pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e se tornam sujeitos políticos.

Por outro lado, é importante reconhecer capacidade de resistência camponesa não exclusivamente pelos movimentos sociais. O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território.

Por isso, a dimensão territorial tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção.

Neste sentido, o camponês, organizado nos movimentos sociais ou fora deles, numa prática de relações sociais “geografada” localmente, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social. Portanto, é possível concluir que a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais, ou seja, existe um “movimento camponês” que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O mundo desencantado dos assentamentos. In: Medeiros. L. et al. Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. pp. 313-320.
- ALMEIDA, R. A. (Re) criação do campesinato, identidade e distinção. São Paulo: Unesp, 2006.
- BOGO, A. Lições da luta pela terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BONATO, A. A. Agricultura familiar: sinais de um novo e bom tempo. Curitiba: Deser, nº. 138. pp. 8-11. julho/2004.
- BRASIL DE FATO M. Alimentação e agricultura fora da OMC. Brasil de Fato: São Paulo. nº. 94. p. 10. 16/22 de dez, 2004.
- CALDART, R. Pedagogia do movimento sem terra. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONCRAB Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). Caderno de Cooperação Agrícola. nº. 08. São Paulo: Concrab, 1999.
- DESER. Congresso da agricultura familiar aprova a criação da fetraf-Brasil/CUT. Curitiba: Deser. nº. 148, pp. 4-8. dez/2005.

- DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos de desenvolvimento à elaboração de novos paradigmas. Digitado: São Paulo, 1992.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, B. M.; MARTIN, J.Y. Movimento socioterrorial e globalização. Digitado: Presidente Prudente, 2004.
- FUKUI, L. F. G. Sertão e bairro rural. São Paulo: Ática, 1979.
- GOHN, M. G. A Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais. I colóquio Marx Engels. Campinas: Cemarx. Anais. nº. 1. pp. 1-10. 1999.
- GUTIERREZ, F.C. Os movimentos sociais frente a crise. In: SCHERER-WARREN, I. E KRISCHKE, P.J (orgs.): uma revolução no cotidiano? São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 191-213.
- HARNECKER, M. Tornar possível o impossível. Paz e Terra: São Paulo, 2000.
- HARTMUT, K. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J (orgs.). Uma revolução no cotidiano? São Paulo: Brasiliense. 1987. pp. 19-34.
- LIMA, I. V. A produção de autoconsumo no assentamento Pedro Ramalho. M.C. Rondon. 2006. Monografia de graduação em geografia. Unioeste.
- LISBOA. T. K. A luta dos sem terra no oeste catarinense. Florianópolis: MST/UFSC, 1988.
- MARTINS, J. S. A sociedade vista do abismo. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. Os Camponeses e a política no Brasil. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARCOS, V. Comunidade Sinsei (U) topia e Territorialidade. São Paulo. 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH/USP.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Moraes, 1987.
- MÉSZAROS, I. Produção destrutiva e Estado capitalista (Para além do Capital). Trad. Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista e Agricultura. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Águas de São Pedro. nº. 12 IGCE. 1994. pp. 24-51.
- PAULINO. E. T. Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. Presidente Prudente. 2003. Tese de Doutorado em Geografia. Unesp.
- NUNES, S. P.; OLIVEIRA, M. A. Desenvolvimento local: possibilidades e limites. Boletim do Deser: Curitiba, nº.139. pp. 3-14, set./2004.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Ática: São Paulo, 1993.
- ROMANO, O. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: Medeiros. L. et al. Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. 249-258.
- SANTOS, J. V. T. Colonos do vinho. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. 2ª. ed. São Paulo: Record, 2000.
- _____. Território e sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.
- SHANIN, T. La clase incomoda. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

- SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, I.; Krischke, P. J. (orgs.). Uma revolução no cotidiano? São Paulo: Brasiliense. 1987. pp. 35-63.
- _____. Novos rumos da pesquisa sobre as ações coletivas rurais. In: Política e reforma agrária. Costa, L. F. C.; Santos R. Mauad (org.). Rio de Janeiro: [s. d.], 1998. pp. 221-40.
- _____. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. Hucitec, 1999.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro I. E. Gomes, P.C.C. Correa, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- VIGEVANI, T. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. In: Lua nova, São Paulo: Cedec, 1989, n. 17. pp. 93-109.
- ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: Medeiros, L.S. et al. Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. pp. 205-224.

Artigo recebido em maio de 2007

Artigo aprovado em outubro de 2007